

Novos Desafios sobre a Proteção de Dados

Jorge Martinez Batalha *

Resumo

O presente texto é fruto de investigação desenvolvida no campo dos direitos fundamentais dos cidadãos, em particular, no que concerne à proteção de dados pessoais, constituindo o suporte escrito, com alguns desenvolvimentos pontuais, de uma exposição oral feita na Conferência de 9 de maio de 2017, na Universidade Lusófona, em Lisboa.

Hodiernamente, apesar da legislação nacional portuguesa acautelar cuidados especiais em matéria de proteção de dados pessoais, constata-se que, face à recente aprovação, pela União Europeia, do «Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados» (RGPD), todos os Estados-Membros terão de cumprir regras mais apertadas. Neste contexto, pretende-se investigar quanto aos novos desafios que as entidades públicas e privadas terão que enfrentar.

A investigação é contínua, sendo possível, na presente data, apresentar algumas evidências que irão contribuir para as conclusões finais.

Palavras-Chave: RGPD, GDPR, Tratamento De Dados, Proteção De Dados Pessoais.

* Licenciado em Estudos de Segurança; Mestre em Segurança da Informação e Direito no Ciberespaço

202 *Abstract*

The current text is the result of a research carried out in the field of citizens' fundamental rights, particularly, with respect to Personal Data Protection, constituting the written support, with some punctual developments, of an oral presentation made at the Conference of May 9, 2017, at the Lusófona University in Lisbon.

Nowadays, despite Portugal's national legislation ensuring special care in relation to Personal Data Protection, one notes that, the recent approval by the European Union, of the «General Data Protection Regulation» (GDPR), all Member States will have to comply with tighter rules. In this context, it intends to investigate about the new challenges that public and private entities will have to face. The research goes on and it is possible, actually, to present some evidence that will contribute to the final conclusions.

Keywords: RGPD, GDPR, Data Processing, Personal Data Protection.

Os compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português no que respeita a inúmeras matérias, designadamente ao nível da União Europeia, implicam uma permanente atualização quanto a decisões tomadas ao abrigo desses compromissos, nomeadamente, aquelas que têm como objetivo assegurar uma proteção uniforme e coerente de pessoas singulares.

Neste contexto, o foco da presente investigação refere-se à «Proteção de Dados Pessoais», face à publicação do novo *Regulamento Geral Sobre a Proteção de Dados*. À luz do Regulamento e no âmbito do tratamento de dados pessoais, quais os principais desafios que as entidades públicas e privadas terão que enfrentar, em particular no contexto laboral, quais as principais medidas que devem os responsáveis pelos tratamentos adotar e quais as necessidades de legislação complementar a que o Estado Português deve responder?

Assim, o presente artigo é composto por nove pontos, refletindo, sucintamente, as matérias investigadas no campo da proteção de dados pessoais.

São, por fim, apresentadas algumas reflexões/conclusões, representando parte dos desafios a serem enfrentados e constituindo parte da resposta à pergunta de partida que foi colocada para esta investigação.

1. Enquadramento

No âmbito da atividade do «Centro de Investigação em Ciência Política, Relações Internacionais e Segurança» (CICPRIS), em que se colocam questões quanto à «Segurança Pública *versus* Segurança Privada», tendo ainda presente o facto de Portugal ser um Estado-Membro da União Europeia, entende-se ser pertinente uma abordagem sobre o tema da proteção de dados.

Embora o conceito de *dados* possa abranger um amplo sentido, interessa aqui investigar sobre *dados pessoais*. O foco desta investigação centra-se, com efeito, na «Proteção de Dados Pessoais».

Neste contexto, o *Jornal Oficial da União Europeia* publicou, em 2016, o novo *Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados* União Europeia (2016a), o qual será doravante referido, de forma abreviada, como RGPD. Trata-se de um documento vinculativo para todos os Estados-Membros, tendo como objetivo principal assegurar um nível

204 equivalente de proteção das pessoas singulares e permitir a livre circulação de dados pessoais na União.

Com efeito, o designado *Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados* vigora desde 25 de maio de 2016, sendo aplicável a partir de 25 de maio de 2018.

Na verdade, o regulamento faz revogar a Diretiva 95/46/CE (União Europeia, 1995), com efeitos a partir de 25 de maio de 2018. Contudo, cabe aqui destacar o facto da referida Diretiva ser a base das diversas leis de proteção de dados dos Estados-Membros. Nestes, inclui-se naturalmente o Estado Português, o qual, transpôs a Diretiva, há cerca de dezanove anos, para o regime jurídico nacional, através da publicação da Lei 67/98, de 26 de outubro (Portugal, 1998), sendo esta vulgarmente conhecida como Lei da Proteção de Dados Pessoais, doravante referida como LPDP, e que atualmente regula, de forma geral, o tratamento de dados pessoais no âmbito nacional português.

Paralelamente, no mesmo dia 27 de abril de 2016, o *Jornal Oficial da União Europeia* publicou a *Diretiva (UE) 2016/680 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas autoridades competentes para efeitos de prevenção, investigação, deteção ou repressão de infrações penais ou execução de sanções penais, e à livre circulação desses dados, e que revoga a Decisão-Quadro 2008/977/JAI do Conselho*. O Art.º 63º desta diretiva (União Europeia, 2016b) (doravante referida, de forma abreviada, como *Diretiva (UE) 2016/680*), impõe que os Estados-Membros adotem e publiquem, até 6 de maio de 2018, as disposições legislativas, regulamentares e administrativas necessárias para dar cumprimento à Diretiva em apreço. Impõe ainda o mesmo artigo que os Estados-Membros apliquem as referidas disposições a partir de 6 de maio de 2018.

De salientar que, tal como consta da *Diretiva (UE) 2016/680* (União Europeia, 2016b: Considerando n.º 5), a «Diretiva 95/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho é aplicável a todos os tratamentos de dados pessoais nos Estados-Membros, nos setores público e privado. Não é, porém, aplicável ao tratamento de dados pessoais *no exercício de atividades não sujeitas à aplicação do direito comunitário*, como as

atividades realizadas nos domínios da cooperação judiciária em matéria penal e da cooperação policial».

Na verdade, a mesma diretiva estabelece que, a partir de maio de 2018 e no âmbito das suas funções, a polícia ou outras autoridades de aplicação da lei, entre outros organismos ou entidades públicas, «caso esses organismos ou entidades tratem dados pessoais para efeitos que não sejam os da presente diretiva, é aplicável o Regulamento (UE) 2016/679» (União Europeia, 2016b: Considerando n.º 11). Ou seja, em breve, os organismos ou entidades públicas que exerçam atividades no âmbito da segurança pública terão de olhar de modo criterioso para o cumprimento da *Diretiva (UE) 2016/680*, sem esquecer, em determinadas situações, a aplicação do novo *Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados*. A *Diretiva (UE) 2016/680* reforça esta ideia ao estabelecer que, no âmbito das missões de Segurança Pública, «os Estados-Membros podem atribuir às autoridades competentes outras funções que não sejam necessariamente executadas para efeitos de prevenção, investigação, deteção ou repressão de infrações penais, nomeadamente a salvaguarda e a prevenção de ameaças à segurança pública, de modo que o tratamento dos dados pessoais para esses outros efeitos, na medida em que se insira na esfera do direito da União, seja abrangido pelo âmbito de aplicação do Regulamento (UE) 2016/679» (União Europeia, 2016b: Considerando n.º 12).

Por outro lado, na parte inicial do texto do RGPD, reconhece-se que «a rápida evolução tecnológica e a globalização criaram novos desafios em matéria de proteção de dados pessoais. A recolha e a partilha de dados pessoais registaram um aumento significativo. As novas tecnologias permitem às empresas privadas e às entidades públicas a utilização de dados pessoais numa escala sem precedentes no exercício das suas atividades. As pessoas singulares disponibilizam cada vez mais as suas informações pessoais de uma forma pública e global. As novas tecnologias transformaram a economia e a vida social e deverão contribuir para facilitar a livre circulação de dados pessoais na União e a sua transferência para países terceiros e organizações internacionais, assegurando simultaneamente um elevado nível de proteção dos dados pessoais» (União Europeia, 2016a: Considerando n.º 6).

Face ao exposto, sabendo que, em matéria de proteção de dados pessoais, o RGPD terá de ser cumprido, tanto no âmbito do exercício de atividades de segurança pública, por entidades públicas, como no

- 206 âmbito do exercício da atividade de segurança privada, por entidades privadas, interessa aqui averiguar quanto aos principais desafios que terão de ser enfrentados pelas diferentes categorias de entidades.

2. Constituição da República Portuguesa

Em 1976, a Assembleia Constituinte reuniu, aprovou e decretou a atual Constituição da República Portuguesa, doravante designada por CRP, em vigor desde abril, desse ano, ou seja, dois anos após a revolução de 25 de abril de 1974.

Este documento legislativo a que o Estado português se encontra subordinado, mantêm-se em vigor apesar das sucessivas revisões, cuja sétima e última destas tem data de 12 de agosto de 2005.

Com efeito, as normas constitucionais correspondem ao tronco de todos os diversos ramos do direito. Sem esquecer o facto de ter sido o caso português o pioneiro na «constitucionalização expressa da relação informática/direitos fundamentais» (Pinheiro, 2015: 666), propõe-se neste texto a reflexão sobre algumas das inúmeras questões de índole constitucional que o tratamento de dados pessoais, em particular no contexto laboral, pode suscitar.

A «Comissão Nacional de Proteção de Dados», doravante designada por «CNPD», entidade administrativa independente, a qual irá ser sujeita a maior pormenor ao longo da presente investigação, indica na sua página da internet o seguinte: «desde 1976 que a Constituição da República Portuguesa consagrou, como direito fundamental, no seu artigo 35º, a proteção dos dados pessoais face à utilização da informática» (CNPd, s.d.).

Efetivamente, conforme o n.º 1 do Art.º 35º da CRP (Portugal, 2011: 23), «todos os cidadãos têm o direito de acesso aos dados informatizados que lhes digam respeito, podendo exigir a sua retificação e atualização, e o direito de conhecer a finalidade a que se destinam, nos termos da lei».

Conforme ensina Jorge Miranda, a Constituição de 1976 tem características especiais, atendendo ao passado recente de ditadura. Este mesmo autor afirma ainda que, tendo em conta o regime autoritário derrubado em 1974 e o que foram os riscos de implantação de nova ditadura em 1975, é uma Constituição muito preocupada com os direitos fundamentais dos cidadãos (Miranda, 2002: 210).

Naturalmente, na CRP estão ainda consagrados outros direitos pessoais. Entre estes, conforme o n.º 1 do artigo 26º, a «todos são reconhecidos os direitos à identidade pessoal, ao desenvolvimento da personalidade, à capacidade civil, à cidadania, ao bom nome e reputação, à imagem, à palavra, à reserva da intimidade da vida privada e familiar e à proteção legal contra quaisquer formas de discriminação» (Portugal, 2011: 18).

3. Definição de dados pessoais

Quando se investiga sobre proteção de dados, antes de mais, importa definir o que se entende por dados pessoais. Assim, conforme refere o RGPD, são considerados dados pessoais todos os que se enquadrem com «informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável (*titular dos dados*); é considerada identificável uma pessoa singular que possa ser identificada, direta ou indiretamente, em especial por referência a um identificador, como por exemplo um nome, um número de identificação, dados de localização, identificadores por via eletrónica ou a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social dessa pessoa singular» (União Europeia, 2016a: Art.º 4º, Alínea 1).

Desta definição, cabe aqui esclarecer o entendimento dado à palavra identificável. Tal como refere Catarina Sarmiento e Castro (2005: 124), «o caso da recolha de imagens pelos sistemas vídeo (mas também fotografias) de controlo da passagem de veículos nas portagens ou do acesso de veículos a zonas de circulação condicionada, ou de controlo de velocidade, através dos quais se regista o número de matrícula de um veículo, permitindo, através desta, identificar o seu proprietário, ou o titular do contrato de via verde. Nestes casos, não se procede ao registo da imagem da pessoa em si, que não é identificada na imagem, mas torna-se possível a identificação de uma determinada pessoa, sendo, por conseguinte, identificável a pessoa em causa, ainda que com recurso a outras informações».

4. Tratamento de dados

Em conformidade com a alínea b) do Art.º 3.º da LPDP, o tratamento de dados é definido da seguinte forma: «qualquer operação ou

208 conjunto de operações sobre dados pessoais, efetuadas com ou sem meios automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a comunicação por transmissão, por difusão ou por qualquer outra forma de colocação à disposição, com comparação ou interconexão, bem como o bloqueio, apagamento ou destruição» (Portugal, 1998: 5536).

Veja-se que o RGPD define *tratamento de dados* como «uma operação ou um conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais ou sobre conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou interconexão, a limitação, o apagamento ou a destruição» (União Europeia, 2016a: Art.º 4º, alínea 2). Efetivamente, na sua essência, não existe grande alteração, quando comparada com a definição que vigora, desde 1998, em Portugal.

De salientar que de acordo com o n.º 1 do Art.º 27º da LPDP, «o responsável pelo tratamento ou, se for caso disso, o seu representante deve notificar a CNPD antes da realização de um tratamento ou conjunto de tratamentos, total ou parcialmente autorizados, destinados à prossecução de uma ou mais finalidades interligadas» (Portugal, 1998: 5543). Efetivamente têm sido estas notificações e consequentes decisões as responsáveis por grande parte do trabalho da Comissão Nacional de Proteção de Dados.

No entanto, face ao estabelecido no RGPD, o paradigma vai ser alterado. De acordo com a Diretiva 95/46/CE e em conformidade com o estabelecido no regime jurídico português (Portugal, 1998: 5543), é obrigatória a notificação do tratamento de dados pessoais à CNPD. Na verdade, de acordo com o RGPD (União Europeia, 2016a: Considerando n.º 89), «além de esta obrigação originar encargos administrativos e financeiros, nem sempre contribuiu para a melhoria da proteção dos dados pessoais. Tais obrigações gerais e indiscriminadas de notificação deverão, por isso, ser suprimidas e substituídas por regras e procedimentos eficazes mais centrados nos tipos de operações de tratamento suscetíveis de resultar num elevado risco para os direitos e liberdades das pessoas singulares, devido à sua natureza, âmbito, contexto e finalidades».

Pela citação anterior, verifica-se uma notável alteração de paradigma. Assim, deixarão de existir notificações obrigatórias e passarão a ser exigidas regras e procedimentos eficazes. Ou seja, deixará de primar uma hétéro-regulação, através da autoridade de controlo, impedindo a autorregulação a partir de 25 de maio de 2018, data a partir da qual o RGPD passa a ser aplicável (União Europeia, 2016a: Art.º 99º).

Efetivamente, as entidades públicas e privadas terão de avaliar detalhadamente cada operação de tratamento de dados pessoais. Por conseguinte, particularmente no contexto laboral, as operações que envolvam tratamento de dados pessoais dos trabalhadores passam a ter de ser encaradas de forma diferente do que têm sido. Com toda a certeza, em cada entidade, novas regras e procedimentos terão de ser definidos de modo a não ficarem sujeitos à condição de incumprimento com o RGPD.

5. Objetivo do RGPD

Quanto ao objetivo, o Art.º 1º, n.º 1 do *Regulamento Geral Sobre a Proteção de Dados* prescreve: «O presente regulamento estabelece as regras relativas à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados» (União Europeia, 2016a). Fica claro o objetivo genérico, ou seja, são estabelecidas regras quanto ao tratamento de dados pessoais dos cidadãos.

O RGPD salienta a questão da defesa de direitos e liberdades fundamentais das pessoas singulares, nomeadamente o direito à proteção de dados pessoais (União Europeia, 2016a: Art.º 1º, n.º 2). A este propósito cabe aqui referir que os direitos constitucionais de cada Estado-Membro nunca podem ser ultrapassados. Isto é, a questão da liberdade e privacidade dos cidadãos não deve ser negligenciada em prol de outros interesses, tal como previsto na Constituição da República Portuguesa.

De modo idêntico, no âmbito da União Europeia, são necessárias regras que defendam os cidadãos de forma justa e igualitária.

Como anteriormente referido, a Diretiva 95/46/CE deu origem, no âmbito da ordem jurídica portuguesa, à Lei n.º 67/98¹, de 26 de outubro.

1. Cf. Portugal (1998: 5544-5546).

No entanto, conforme é referido no RGPD (União Europeia, 2016a: Considerando n.º 9), cada Estado-Membro transpôs a Diretiva para o seu ordenamento jurídico da forma que entendeu, resultando em diferentes níveis de proteção de dados. Na realidade, «os objetivos e os princípios da Diretiva 95/46/CE continuam a ser válidos, mas não evitaram a fragmentação da aplicação da proteção dos dados ao nível da União, nem a insegurança jurídica ou o sentimento generalizado da opinião pública de que subsistem riscos significativos para a proteção das pessoas singulares, nomeadamente no que diz respeito às atividades por via eletrónica. As diferenças no nível de proteção dos direitos e das pessoas singulares, nomeadamente do direito à proteção dos dados pessoais no contexto do tratamento desses dados nos Estados-Membros, podem impedir a livre circulação de dados pessoais na União. Essas diferenças podem, por conseguinte, constituir um obstáculo ao exercício das atividades económicas a nível da União, distorcer a concorrência e impedir as autoridades de cumprirem as obrigações que lhes incumbem por força do direito da União. Essas diferenças entre os níveis de proteção devem-se à existência de disparidades na execução e aplicação da Diretiva 95/46/CE» (União Europeia, 2016a: Considerando n.º 9). Face ao exposto, tornou-se evidente a necessidade de elevar o nível de proteção e torná-lo equivalente em todos os Estados-Membros, o que resultou na concretização do RGPD.

No mesmo sentido, refere a CNPD (2017) que o «Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) passará a ser aplicado diretamente a partir de 25 de maio de 2018, e vem substituir a atual diretiva e lei de proteção de dados pessoais. O novo quadro legal traz algumas mudanças significativas que terão diferente impacto na vida das organizações, consoante a sua natureza, área de atividade, dimensão e tipo de tratamentos de dados pessoais que realizem».

6. Âmbito da aplicação do RGPD

No Regulamento em apreço, relativamente ao âmbito de aplicação material do mesmo, é indicado que estas novas regras aplicam-se «ao tratamento de dados pessoais por meios total ou parcialmente automatizados, bem como ao tratamento por meios não automatizados de dados pessoais contidos em ficheiros ou a eles destinados» (União Europeia, 2016a: Art.º 2º, n.º 1).

Um outro aspeto que interessa desde já destacar é que para além de existir uma previsão de cumprimento das novas regras por parte dos Estados-Membros, também os Estados que, não fazendo parte da União, querendo proceder ao tratamento de dados pessoais de cidadãos europeus terão de ter em linha de conta a aplicação do regulamento em causa. Ou seja, o âmbito deste documento é internacional.

Na verdade, relativamente ao âmbito de aplicação territorial, o RGPD (União Europeia, 2016a: Art.º 3º): «1. O presente regulamento aplica-se ao tratamento de dados pessoais efetuado no contexto das atividades de um estabelecimento de um responsável pelo tratamento ou de um subcontratante situado no território da União, independentemente de o tratamento ocorrer dentro ou fora da União.

2. O presente regulamento aplica-se ao tratamento de dados pessoais de titulares residentes no território da União, efetuado por um responsável pelo tratamento ou subcontratante não estabelecido na União, quando as atividades de tratamento estejam relacionadas com:

- a. a oferta de bens ou serviços a esses titulares de dados na União, independentemente da exigência de os titulares dos dados procederem a um pagamento;
- b. o controlo do seu comportamento, desde que esse comportamento tenha lugar na União.

3. O presente regulamento aplica-se ao tratamento de dados pessoais por um responsável pelo tratamento estabelecido não na União, mas num lugar em que se aplique o direito de um Estado-Membro por força do direito internacional público».

Interessa, neste momento, esclarecer o seguinte: quando o legislador utiliza a palavra *subcontratante* deveria, na verdade, utilizar o termo *subcontratado*, ou seja, a entidade subcontratada pelo responsável pelo tratamento de dados pessoais. Efetivamente, esta «incorreção» já se tinha verificado aquando da publicação da Diretiva 95/46/CE. Deduz-se que, tendo em conta o facto de o RGPD constituir uma «evolução» da Diretiva, tenha-se optado por manter a mesma designação no momento da tradução a partir do documento original em língua inglesa, o qual é denominado por *General Data Protection Regulation* (GDPR).

212 7. *Data Protection Officer* (DPO)

No RGPD, para além da obrigação de adoção de políticas e procedimentos de segurança de dados, é criada a figura do *Data Protection Officer* (DPO), ou, na versão em língua portuguesa, *Encarregado da Proteção de Dados*, o qual deve ter conhecimentos especializados neste domínio do direito e das práticas da proteção de dados, sabendo que terá como principal função controlar o cumprimento das regras do novo Regulamento, seja numa entidade pública ou privada.

8. Sanções

O RGPD prevê, para os casos de incumprimentos, diversas sanções a serem aplicadas pela autoridade de controlo respetiva, a qual, em Portugal, é exercida pela Comissão Nacional de Proteção de Dados. Assim, salienta-se que «o incumprimento de uma ordem emitida pela autoridade de controlo a que se refere o Art.º 58º, n.º 2, está sujeito, em conformidade com o n.º 2 do presente artigo, a coimas até 20.000.000 EUR ou, no caso de uma empresa, até 4% do seu volume de negócios anual a nível mundial correspondente ao exercício financeiro anterior, consoante o montante mais elevado» (União Europeia, 2016a: Art.º 83º, n.º 6).

A Comissão Nacional de Proteção de Dados, doravante designada CNPD, é uma autoridade nacional. Para além dessa condição, o n.º 1 do Art.º 22º da Lei n.º 67/98, de 26 de outubro de 1998, doravante designada por Lei de Proteção de Dados Pessoais (LPDP), refere que a CNPD «tem como atribuição controlar e fiscalizar o cumprimento das disposições legais e regulamentares em matéria de proteção de dados pessoais, em rigoroso respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades e garantias consagradas na Constituição e na lei» (Portugal, 1998: 5541).

No entanto, recorrendo ao *Relatório de Atividades* da CNPD de 2015, o número de coimas aplicadas tem pouca expressão, conforme demonstra o quadro seguinte:



Quadro 1: Evolução do número de coimas aplicadas pela CNPD entre 2001 e 2015 (CNPD, 2016)

Parece existir incapacidade de fiscalizar adequadamente. Veja-se que a Presidente da CNPD, Filipa Calvão (2017), numa entrevista publicada recentemente, refere que a «legislação em vigor, que é de 1998, tem coimas tão baixas que às vezes compensa continuar a cometer ilícitos. Até porque o regime não prevê a penalização sobre a reincidência». Por aqui se pode entender a dificuldade de fazer cumprir o disposto legalmente quanto à matéria de proteção de dados pessoais.

Neste contexto, a CNPD emitiu, no início de 2017, algumas orientações para o cumprimento do RGPD, para além da sugestão de implementação de medidas a tomar pelas entidades públicas e privadas. A análise das medidas propostas será uma das matérias a desenvolver no decorrer da presente investigação.

9. Formação Profissional

No âmbito do exercício da atividade de segurança privada, a Portaria n.º 114/2015 de 24 de abril (Portugal, 2015), a qual altera e republica a Portaria n.º 148/2014, de 18 de julho, estabelece o conteúdo e a duração dos cursos de formação do pessoal de segurança privada. Efetivamente, no conteúdo da formação estabelecido pelo legislador,

214 verifica-se a ausência de obrigação de formação específica em matéria de proteção de dados pessoais.

Ora, para o legislador, se a matéria em causa não fosse motivo de relevo no âmbito do exercício da atividade de segurança privada, face à evolução legislativa, não teria sido incluída, expressamente, a matéria de *proteção de dados pessoais* no conteúdo da formação exigida para o exercício do cargo de diretor de segurança, conforme se demonstra no seguinte quadro comparativo:

Portaria n.º 1142/2009 (Portugal, 2009)	Portaria n.º 114/2015 (Portugal, 2015)
e) Segurança da informação;	i) Segurança da informação e proteção de dados pessoais;

Quadro 2: Evolução na formação exigida para o exercício do cargo de diretor de segurança

Sabendo que, em parte significativa dos tratamentos, são os vigilantes de empresas de segurança privada e, por conseguinte, funcionários das entidades subcontratadas pelo responsável pelo tratamento de dados pessoais, a desempenhar um papel profissional de maior proximidade física e acesso aos dados recolhidos, seja no âmbito da utilização de sistemas de videovigilância, no controlo de acesso com recurso a sistemas biométricos, no controlo de sistemas de geolocalização, entre outros tratamentos de dados, entende-se existir uma lacuna legislativa, a corrigir tão breve quanto possível, relativamente à obrigatoriedade de formação específica em matéria de proteção de dados, para todas as especialidades do pessoal de segurança privada.

Por outro lado, com necessidade de obrigatoriedade de formação específica em matéria de proteção de dados encontram-se as entidades sujeitas a registo prévio e seus trabalhadores/técnicos, no âmbito da legislação aplicável à atividade de segurança privada, sabendo que estas entidades procedem ao estudo e conceção, instalação, manutenção ou assistência técnica de material e equipamento de segurança, como sejam, entre outros, os sistemas de videovigilância e os sistemas biométricos. Naturalmente, em função das suas atividades, tanto na instalação, na fase de testes, na manutenção ou assistência técnica, têm fácil acesso a dados pessoais registados, como seja o exemplo de

imagens recolhidas em gravadores que tenham necessidade de reparação, pelo que deverão ter formação adequada e obrigatória em matéria de proteção de dados pessoais. Efetivamente, também neste contexto existe uma lacuna legislativa, a qual terá de ser corrigida tão breve quanto possível.

215

Reflexões/Conclusões

A presente investigação, não estando concluída, pode, suscitar desde já algumas reflexões. Uma destas refere-se à necessidade de existir um cuidado especial das entidades públicas e privadas na formação, informação e consciencialização dos colaboradores para o cumprimento rigoroso dos direitos dos titulares dos dados pessoais. Sejam estes relativamente aos clientes/utentes, sejam ainda quanto aos próprios trabalhadores. Conforme refere o RGPD, não pode ser esquecida a defesa dos direitos e liberdades no que respeita ao tratamento de dados pessoais dos trabalhadores no contexto laboral. Isto, desde o recrutamento, até à cessação da relação de trabalho, passando, por exemplo, por sistemas de controlo no local de trabalho, nomeadamente os que registam dados biométricos, os sistemas de videovigilância ou os sistemas de geolocalização.

Outra reflexão que esta investigação suscita refere-se às responsabilidades na proteção de dados pessoais. São múltiplas as operações e responsabilidades dos responsáveis que envolvem tratamentos de dados pessoais. Cada entidade terá que avaliar casuisticamente as medidas a tomar para mitigar os riscos inerentes a cada operação de tratamento de dados pessoais.

Conforme indicado pela CNPD (2017), «é essencial conhecer as novas regras, analisar as novas obrigações, verificar o nível atual de cumprimento e adotar as medidas necessárias durante este período de transição para assegurar que tudo está pronto atempadamente», ou seja, até 25 de maio de 2018. A presente investigação, também por este motivo, procede à análise de alguns aspetos que se entendem mais relevantes para o cumprimento das novas regras.

Em momento próximo, maior reflexão será exercida sobre a figura do *Data Protection Officer* (DPO). Embora em determinados casos esteja prevista a obrigatoriedade da nomeação de um DPO, caso não seja imposta a obrigação, é aconselhável o recurso a um prestador de

216 serviço externo para a implementação do RGPD, seja numa fase inicial, seja para um aconselhamento permanente e contínuo em todas as matérias que possam envolver a proteção de dados pessoais.

Por fim, uma conclusão a que se pode chegar refere-se à necessidade de formação específica e obrigatória, estabelecida em legislação, para aqueles que no decurso das suas funções, têm maior proximidade física e acesso aos dados recolhidos, seja no âmbito da utilização de sistemas de videovigilância, no controlo de acesso com recurso a sistemas biométricos, no controlo de sistemas de geolocalização, entre outros tratamentos de dados. Trata-se do pessoal de segurança privada, em especial, os vigilantes.

Serão estes elementos que poderão, na linha da frente, auxiliar a sua entidade empregadora a conquistar uma vantagem competitiva face às empresas concorrentes. Isto porque, também a concorrência poderá constituir um novo desafio em matéria de proteção de dados.

Em suma, as entidades prestadoras de serviços de segurança privada que tenham os seus trabalhadores com formação profissional e conscientes da necessidade de proteção de dados pessoais, assim como, as entidades sujeitas a registo prévio, no âmbito da legislação aplicável à atividade de segurança privada e que tenham os seus trabalhadores/técnicos com formação profissional adequada às suas funções e em matéria de proteção de dados pessoais, estarão melhor preparadas para o cumprimento do RGPD e com elevada probabilidade de conquistar maior número de clientes. Fica feito o desafio, tanto para as entidades privadas no cumprimento de regras, como para o Estado Português na produção da legislação necessária.

Referências Bibliográficas

Castro, C.S. (2005). *Direito da Informática, Privacidade e Dados Pessoais*. Coimbra: Livraria Almedina.

CNPD [Comissão Nacional de Proteção de Dados] (2016). *Relatório de Atividades, 2015*. Online: <https://www.cnpd.pt/bin/relatorios/anos/Relatorio_2015.pdf> (referência 12-01-2017).

CNPD (2017). *10 Medidas Para Preparar a Aplicação do Regulamento Europeu de Proteção de Dados*. Online: <https://www.cnpd.pt/bin/rgpd/10_Medidas_para_preparar_RGPD_CNPD.pdf> (referência 12-01-2017).

CNPD (s.d.). *História da CNPD*. Online: <<https://www.cnpd.pt/bin/cnpd/histo->

- ria.htm> (referência de 06-01- 2016).
- Calvão, F. (2017). *Não Posso Garantir que a Privacidade das Pessoas Esteja Assegurada*. Online: <<https://www.dinheirovivo.pt/entrevistas/nao-posso-garantir-que-a-privacidade-das-pessoas-esteja-assegurada/>> (referência de 24-05-2017).
- Miranda, J. (2002). *Teoria do Estado e da Constituição*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Pinheiro, A.S. (2015), *Privacy e Proteção de Dados Pessoais: A Construção Dogmática do Direito à Identidade Informacional*. Lisboa: AAFDL.
- Portugal (1998). "Lei nº 67/98, de 26 de outubro (Lei da Proteção de Dados Pessoais)". *Diário da República*, 1ª série-A, nº 247, 26-10-1998, pp. 5536-5546.
- Portugal (2009). "Portaria n.º 1142/2009, de 2 de outubro". *Diário da República*, 1ª série, nº 192, 2-10-2009, pp. 7152-7154.
- Portugal (2011). *Constituição da República Portuguesa*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Portugal (2015). "Portaria n.º 114/2015, de 24 de abril". *Diário da República*, 1ª série, nº 80, 24-04- 2015, pp. 2057-2069.
- União Europeia (1995). *Diretiva 95/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de outubro de 1995, relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados*. Online: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:31995L0046&from=PT>> (referência de 12-04-2016).
- União Europeia (2016a). *Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados)*. Online: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX%3A32016R0679&from=EN>> (referência de 04-05-2016).
- União Europeia (2016b). *Diretiva (UE) 2016/680 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas autoridades competentes para efeitos de prevenção, investigação, deteção ou repressão de infrações penais ou execução de sanções penais, e à livre circulação desses dados, e que revoga a Decisão-Quadro 2008/977/JAI do Conselho*. Online: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:32016L0680&from=PT>> (referência de 04-05-2016).